

ISCTE  **Business School**
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

**TRABALHO DE GRUPO II DE
MACROECONOMIA
RELATÓRIO DE RESPOSTAS**

Professor Nuno Crespo
Professor Francisco Madelino

Macroeconomia
Ano letivo:2015/2016
2º ano / 1º semestre

Inês Tomé nº 68581
Madalena Collares Pereira nº 68666
Maria Patrocínio nº 68557
Nuno Ponceano nº 68483

GB2

Índice

Introdução	Página 2
Questão A	
A.1)	Página 3
A.2)	Página 9
Questão B	Página 10
Questão C	Página 12
Questão D	Página 15
Conclusão	Página 17
Anexos	Página 18

Introdução

No âmbito da unidade curricular de Macroeconomia foi-nos disponibilizado um enunciado com questões, para as quais elaborámos respostas que iremos apresentar neste relatório.

Numa primeira parte, encontram-se respostas de teor mais prático, que envolveram a aplicação de fórmulas importantes para o estudo da macroeconomia, de forma a que pudéssemos depois retirar conclusões. Nomeadamente a Estrutura de Exportações, o índice de Lawrence, o índice de Herfindahlm o índice de Krugman ou ainda a índice de Balassa..

Numa segunda parte, as respostas envolvem mais teoria macroeconómica, permitindo assim explorar melhor todos os conceitos adquiridos até ao momento, estabelecer uma relação entre eles e chegar a conclusões essenciais relativas a certas áreas da economia.

Questão A

A.1.) Considere a informação constante das seguintes tabelas correspondente a exportações totais oriundas de Portugal, Espanha, França e total mundial:

(i) 2009

Portugal	Espanha	França	Mundo
8 240	8 550	17 130	872 000
5 000	5 900	6 600	218 800
8 500	8 160	19 900	811 400
4 680	8 220	7 770	401 000

(ii) 2015

Portugal	Espanha	França	Mundo
9 300	9 010	18 970	934 000
7 950	6 680	9 000	249 000
12 100	9 660	24 500	908 200
5 810	10 070	10 250	438 000

Cada linha corresponde a um setor, ordenados de 1 a 4. Pretende-se avaliar a validade (V/F) de cada uma das seguintes afirmações. Apresente todos os cálculos que efetuar e justifique detalhadamente as suas respostas.

a) “No ano terminal, o peso conjunto dos setores 3 e 4 é, tanto em Portugal como em França, superior ao que era no ano inicial”

Para chegarmos a uma conclusão quanto ao **peso dos setores 3 e 4** nas diferentes economias, temos de recorrer ao conceito de **estrutura das exportações** (v_{ji}). Este conceito pode então ser descrito como o **rácio** entre **as exportações de um setor j** por parte de um dado **país i** , e o **valor total das exportações** desse mesmo país. De modo geral, a estrutura de exportações pode ser calculada através da seguinte expressão:

$$v_{ji} = \frac{x_{ji}}{x_i}$$

x_{ji} – exportações do setor j por parte de um país i

x_i - exportações totais do país i

Para exemplificar o modo como se obtêm e deve aplicar a fórmula referida anteriormente, iremos calcular o **peso do setor 3** na economia **portuguesa em 2009**.

$$v_{ji} = \frac{x_{ji}}{x_i} \Leftrightarrow v_{3 \text{ Portugal } 2009} = \frac{x_{3 \text{ Portugal } 2009}}{x_{\text{Portugal } 2009}} \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow v_{3 \text{ Portugal } 2009} = \frac{8\,500}{8\,240 + 5\,000 + 8\,500 + 4\,680} = \frac{8\,500}{26\,420} = 0,3217$$

Aplicando o mesmo pensamento aos restantes setores, países e anos é possível **construir uma tabela** com o peso dos diversos **setores** de cada **país**, para os dois anos anteriormente identificados.

2009

Setor	Portugal	Espanha	França	Mundo
1	0,3119	0,2773	0,3333	0,3786
2	0,1893	0,1914	0,1284	0,095
3	0,3217	0,2647	0,3872	0,3523
4	0,1771	0,2666	0,1512	0,1741

2015

Setor	Portugal	Espanha	França	Mundo
1	0,2645	0,2544	0,3025	0,3693
2	0,2261	0,1886	0,1435	0,09845
3	0,3441	0,2727	0,3906	0,3591
4	0,1652	0,2843	0,1634	0,1732

Recorrendo às tabelas apresentadas anteriormente, e através da **soma do peso dos setores 3 e 4** em **Portugal e em França** no ano inicial (2009) e terminal (2015) podemos concluir que:

- $v_{3 \text{ e } 4 \text{ Portugal } 2009} = 0,3217 + 0,1771 = 0,4988$
- $v_{3 \text{ e } 4 \text{ Portugal } 2015} = 0,3441 + 0,1652 = 0,5093$
- $v_{3 \text{ e } 4 \text{ França } 2009} = 0,3872 + 0,1512 = 0,5384$
- $v_{3 \text{ e } 4 \text{ França } 2015} = 0,3906 + 0,1634 = 0,5540$

Com o objetivo de confirmar os resultados anteriormente identificados aplica-se **diretamente a fórmula da estrutura das exportações**, mas neste caso para o **setor 3 e 4** em **simultâneo**.

$$v_{3 \text{ e } 4 \text{ Portugal } 2009} = \frac{8\,500 + 4\,680}{8\,240 + 5\,000 + 8\,500 + 4\,680} = \frac{13\,180}{26\,420} = 0,4989$$

$$v_{3 e 4 Portugal 2015} = \frac{12\,100 + 5\,810}{9\,300 + 7\,950 + 12\,100 + 5\,810} = \frac{17\,910}{35\,160} = 0,5094$$

$$v_{3 e 4 França 2009} = \frac{19\,900 + 7\,770}{17\,130 + 6\,600 + 19\,900 + 7\,770} = \frac{27\,670}{51\,400} = 0,5383$$

$$v_{3 e 4 França 2015} = \frac{24\,500 + 10\,250}{18\,970 + 9\,000 + 24\,500 + 10\,250} = \frac{34\,750}{62\,720} = 0,5540$$

Por comparação dos resultados obtidos através dos dois processos diferentes (considera-se que a ligeira diferença de resultados é a consequência de arredondamentos por excesso e defeito efetuados) podemos concluir que tanto em **Portugal como em França**, o peso conjunto dos **setores 3 e 4 aumentaram de 2009 para 2015**.

$$0,5094 > 0,4989$$

$$0,5540 > 0,5383$$

Assim sendo podemos concluir que a **afirmação a) é verdadeira** dado que o peso conjunto dos setores 3 e 4 em Portugal e França, é **maior em 2015** (ano terminal), quando comparado com o peso dos mesmos setores em 2009 (ano inicial).

- b) “O grau de transformação estrutural evidenciado por Portugal ao longo do período em estudo excedeu o verificado por Espanha e por França”.

O **grau de transformação estrutural** é um dado que nos é fornecido pelo **índice de Lawrence**. Este indica-nos o grau de transformação estrutural que é evidenciado pelas exportações de um dado país i entre dois momentos de tempo. Assim, este indicador resulta do somatório das **diferenças da estrutura das exportações de cada sector de um dado país em momentos de tempo diferentes**. Geralmente este indicador por ser representado através da seguinte expressão:

$$T_i = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^J |v_{ji}(1) - v_{ji}(0)|$$

$v_{ji}(1)$ – estrutura das exportações no momento final

$v_{ji}(0)$ – estrutura das exportações no momento inicial

Aplicando a fórmula genérica do **índice de Lawrence** ao contexto do problema obtemos **três expressões distintas**, cada uma das quais para um **país diferente**.

$$T_{Portugal} = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^4 |v_{jPortugal}(2015) - v_{jPortugal}(2009)| \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow T_{Portugal} = \frac{1}{2} (|0,2645 - 0,3119| + |0,2261 - 0,1893| + |0,3441 - 0,3217|$$

$$+ |0,1652 - 0,1771|) = 0,05925$$

$$T_{Espanha} = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^4 |v_{jEspanha}(2015) - v_{jEspanha}(2009)| \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow T_{Espanha} = \frac{1}{2} (|0,2544 - 0,2773| + |0,1886 - 0,1914| + |0,2727 - 0,2647| + |0,2843 - 0,2666|) = 0,02570$$

$$T_{França} = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^4 |v_{jFrança}(2015) - v_{jFrança}(2009)| \Leftrightarrow$$

$$\Leftrightarrow T_{França} = \frac{1}{2} (|0,3025 - 0,3333| + |0,1435 - 0,1284| + |0,3906 - 0,3872| + |0,1634 - 0,1512|) = 0,03075$$

Dado o **grau de transformação estrutural** ser obtido a partir do **valor** do **índice de Lawrence**, e quanto maior for este **valor maior será o grau de transformação**, então podemos concluir que o **grau de transformação é maior em Portugal**, dado ser neste país que o índice obtém o maior valor.

$$T_{Portugal} > T_{Espanha} \Leftrightarrow 0,05925 > 0,02570$$

$$T_{Portugal} > T_{França} \Leftrightarrow 0,05925 > 0,03075$$

Como o **grau de transformação obtém** o seu maior valor em Portugal (no referido período) então podemos concluir que o mesmo **excedeu o grau de transformação** dos restantes países (Portugal e Espanha). Assim sendo, podemos concluir que a **afirmação b) é verdadeira**.

- c) “Em 2015, a estrutura de exportações espanhola é aquela que evidencia maior grau de concentração, exatamente o oposto do registrado em 2009”

Para a resolução desta alínea é necessário ter em consideração o **índice de Herfindahl** visto este indicar o **grau de concentração das exportações** de um dado país. De forma genérica este pode ser expresso pela seguinte expressão:

$$H_i = \sum_{j=1}^J (v_{ji})^2$$

Aplicando a fórmula genérica do **índice de Herfindahl** ao contexto do problema obtemos **seis expressões distintas** que representam o grau de concentração das exportações de cada país, de acordo com o ano em questão.

$$H_{Portugal\ 2009} = (0,3119)^2 + (0,1893)^2 + (0,3217)^2 + (0,1771)^2 = 0,2680$$

$$H_{Portugal\ 2015} = (0,2645)^2 + (0,2261)^2 + (0,3441)^2 + (0,1652)^2 = 0,2668$$

$$H_{Espanha\ 2009} = (0,2773)^2 + (0,1914)^2 + (0,2647)^2 + (0,2666)^2 = 0,2547$$

$$H_{Espanha\ 2015} = (0,2544)^2 + (0,1886)^2 + (0,2727)^2 + (0,2843)^2 = 0,2555$$

$$H_{França\ 2009} = (0,3333)^2 + (0,1284)^2 + (0,3872)^2 + (0,1512)^2 = 0,3004$$

$$H_{França\ 2015} = (0,3025)^2 + (0,1435)^2 + (0,3906)^2 + (0,1634)^2 = 0,2914$$

Quanto maior foi o valor do **índice de Herfindahl**, maior será o **grau de concentração** das exportações de um país. Assim sendo, por análise dos dados anteriormente apresentados, verificamos que o país que apresenta um **maior grau de concentração** das exportações é **França**, visto esta registar em 2009 e 2015 os maiores valores do índice para cada ano. Tendo isto em consideração, concluímos que a **afirmação c) é falsa**, visto a estrutura de exportações espanhola não ser a que evidencia um maior grau de concentração.

- d) “O grau mais acentuado de concorrência que Portugal regista nas suas exportações é exercido pela Espanha em 2009 e por França em 2015”

O **grau de concorrência** que dois países exercem um sobre o outro é dado através do **índice de Krugman**. Este indicador pode ser expresso de forma geral através da seguinte fórmula:

$$K_{ihp} = \frac{1}{2} \sum_{j=1}^J |v_{jip} - v_{jhp}|$$

v_{jip} – expressa o peso do setor j na estrutura de exportações i para p

v_{jhp} - expressa o peso do setor j na estrutura das exportações de h para p

Aplicando a expressão ao contexto do problema obtemos 4 relações que expressam a relação entre **Portugal-Espanha** e **Portugal-França** para **2009** e **2015**.

$$\begin{aligned} K_{Portugal-Espanha\ 2009} &= \frac{1}{2} \sum_{j=1}^4 |v_{jPortugal\ 2009} - v_{jEspanha\ 2009}| \Leftrightarrow \\ &\Leftrightarrow K_{Portugal\ 2009-Espanha\ 2009} \\ &= \frac{1}{2} (|0,3119 - 0,2773| + |0,1893 - 0,1914| + |0,3217 - 0,2647| \\ &\quad + |0,1771 - 0,2666|) = 0,09160 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} K_{Portugal-Espanha\ 2015} &= \frac{1}{2} \sum_{j=1}^4 |v_{jPortugal\ 2015} - v_{jEspanha\ 2015}| \Leftrightarrow \\ &\Leftrightarrow K_{Portugal\ 2015-Espanha\ 2015} \\ &= \frac{1}{2} (|0,2645 - 0,2544| + |0,2261 - 0,1886| + |0,3441 - 0,2727| \\ &\quad + |0,1652 - 0,2843|) = 0,1191 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
K_{Portugal-França\ 2009} &= \frac{1}{2} \sum_{j=1}^4 |v_{jPortugal\ 2009} - v_{jFrança\ 2009}| \Leftrightarrow \\
&\Leftrightarrow K_{Portugal\ 2009-França\ 2009} \\
&= \frac{1}{2} (|0,3119 - 0,3333| + |0,1893 - 0,1284| + |0,3217 - 0,3872| \\
&+ |0,1771 - 0,1512|) = 0,08685 \\
\\
K_{Portugal-França\ 2015} &= \frac{1}{2} \sum_{j=1}^4 |v_{jPortugal\ 2015} - v_{jFrança\ 2015}| \Leftrightarrow \\
&\Leftrightarrow K_{Portugal\ 2015-França\ 2015} \\
&= \frac{1}{2} (|0,2645 - 0,3025| + |0,2261 - 0,1435| + |0,3441 - 0,3906| \\
&+ |0,1652 - 0,1634|) = 0,08445
\end{aligned}$$

	2009	2015
Portugal-Espanha	0,0916	0,1191
Portugal-França	0,08685	0,08445

Visto que quanto **menor** for o valor que o índice toma, **maior** é o **grau de concorrência**, então concluímos que o grau de concorrência mais acentuado que Portugal regista em 2009 é exercido por França. Relativamente ao ano de 2015, verifica-se que o que exerce um grau de concorrência mais acentuado é França, visto apresentar o menor valor que o índice toma neste momento. Assim sendo, a **afirmação d) é falsa**.

- e) “Todos os países com informação constante do quadro registam vantagem comparativa no sector 2”

Diz-se que há **vantagem competitiva** de um dado sector quando o valor resultante do rácio entre o peso do sector j por parte de um dado país i e o peso do mesmo sector num espaço r que serve de referência são superiores a 1, ou seja, quando o **peso do sector das exportações** de um determinado **país for superior** ao peso do mesmo sector para um **espaço definido** como **referência**. O conceito que está subjacente a esta alínea corresponde ao **índice de Balassa**. Este pode ser expresso através da seguinte fórmula:

$$VCR = \frac{v_{ji}}{v_{jr}}$$

v_{ji} - peso do sector j num dado país i

v_{jr} - peso do sector j num espaço r que serve de referência

Aplicando a fórmula anteriormente identificada a um exemplo concreto obtém-se a seguinte fórmula:

$$VCR = \frac{v_{ji}}{v_{jr}} \Leftrightarrow VCR_{Sector\ 1-Portugal-2009} = \frac{0,3119}{0,3786} = 0,8238$$

Aplicando o **mesmo conceito** às restantes combinações de **setor, país e ano** é possível construir uma tabela com todos os valores que o **índice de Balassa** pode apresentar.

	2009			2015		
	Portugal	Espanha	França	Portugal	Espanha	França
Setor 1	0,8238	0,7324	0,8803	0,7162	0,6889	0,8191
Setor 2	1,9926	2,01474	1,3516	2,2967	1,9157	1,4576
Setor 3	0,9131	0,7513	0,7576	0,9582	0,7594	1,08772
Setor 4	1,01723	1,5313	0,8685	0,9538	1,6415	0,9434

Por análise, concluímos que o **rácio** entre o peso do setor 2 por parte de Portugal, Espanha e França e o peso do mesmo sector no mundo, que serve de referência, é **superior a 1** nos 3 países anteriormente referidos independentemente do ano. Assim sendo podemos concluir que a **afirmação e) é verdadeira**.

A.2.) Usando um espaço máximo de 5 linhas por conceito, explicita o que entende pelos seguintes conceitos/relações:

Índice de Krugman:

O **índice de Krugman** indica-nos o grau de concorrência que **dois países exercem um sobre o outro**, num determinado mercado de destino. Este índice assume valores entre **0 e 1**, em que o 0 indica-nos que as estruturas de exportações de dois países para um dado mercado de destino (por definição é o mesmo) são exatamente iguais pelo que os dois países exercem nesse **mercado a concorrência máxima**. Pelo contrário quando apresenta o valor de 1 a situação é a oposta.

Crowding out de soma zero:

De acordo com esta corrente ideológica, uma **política orçamental** dará a um *crowd out* do **setor privado**. Relativamente ao **crowding out de soma zero** este diz-nos que, se a economia estiver em **pleno emprego**, e se o **Governo utilizar mais recursos**, os que estão disponíveis para o **setor privado terão de diminuir**. Ora, para um Y constante (em pleno emprego), se os G aumentarem o C+NX+I terá de diminuir (recorde-se da identidade fundamental da macroeconomia).

Risco cambial:

O **risco cambial** pode ser definido como o **risco da perda de capital** (medido na moeda nacional – no caso português seria em euros) associado a uma **apreciação** (entenda-se apreciação como o aumento do valor de uma dada moeda relativamente a outra) inesperada da **taxa de câmbio**. Quando existe a possibilidade do mesmo acontecer, pode ser exigido um prémio de risco para fazer face ao risco cambial, de modo a justificar a aquisição do ativo externo.

Défice Primário:

O **défice primário** corresponde ao **défice orçamental**, mas é onde se **deprecia** o **efeito dos juros** da dívida pública do défice orçamental. Assim, o défice primário traduz apenas as **responsabilidades do ano corrente**, visto os juros da dívida pública do défice orçamental, que são encargos derivados do ano anterior, serem desconsiderados.

$$\begin{aligned} \text{Défice Primário} &= \text{Défice Orçamental} - \text{Juros} \Leftrightarrow \\ \text{Défice Primário} &= \text{Despesas}_{\text{excluindo juros}} - \text{receitas} \end{aligned}$$

Questão B

Qual a utilidade do índice de Musgrave-Thin? Explícite detalhadamente a sua forma de aplicação, fazendo a necessária associação com o grau de progressividade fiscal.

A função **impostos** é obtida através da simplificação da **identidade do rendimento disponível** ($YD \equiv Y - T + TR \equiv C + S$). Para chegar à função que representa os impostos efetuaremos a respetiva simplificação, como se pode observar pela expressão seguinte:

$$\begin{aligned} YD \equiv Y - T + TR \equiv C + S &\Leftrightarrow T - TR = Y - C - S \Leftrightarrow \\ &\Leftrightarrow T = Y - C - S \end{aligned}$$

TR (transferências do estado) – são encaradas como impostos negativos

T – impostos

Y – rendimento

C – consumo

S – poupança

Com base nesta simplificação, verificamos que os impostos dependem essencialmente de 3 fatores: do rendimento, do consumo e, por fim, da poupança. Para analisar os impostos é necessário ter em **consideração os efeitos distributivos**, ou seja, ter em consideração o modo como a **taxa média de imposto** se comporta em **função do rendimento**. Com base no modo como a taxa média de impostos se comporta face à evolução do rendimento podemos identificar 3 grandes tipos de impostos:

- **impostos progressivos**: impostos em que a taxa média de impostos aumenta com o rendimento.
- **impostos neutros**: impostos em que a taxa média de impostos mantém-se constante com o rendimento.
- **impostos regressivos**: impostos em que a taxa média de impostos diminui com o rendimento.

Tipos de Impostos	Impostos Progressivos	Impostos Neutros	Impostos Regressivos
Exemplos	IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares)	IRC (imposto sobre o rendimentos das pessoas coletivas)	Diminuição da taxa de imposto à medida que aumenta a matéria coletável

Com base nesta distinção entre os **diferentes tipos de impostos**, torna-se interessante estudar o **grau de progressividade dos mesmos**. É então, através do **índice de Musgrave-Thin** que se obtém a quantificação do grau de progressividade dos impostos. Este índice pode ser calculado com base na seguinte expressão:

$$MT = \frac{1 - I_N}{1 - I_X}$$

I_N – índice de Gini aplicado ao rendimento líquido

I_X – índice de Gini aplicado ao rendimento bruto

Assim para obtermos o valor do **índice de Musgrave-Thin** é necessário começarmos por calcular o **índice de Gini** (entenda-se índice de Gini como um indicador que nos fornece informação relativa à desigualdade do rendimento entre as pessoas – desigualdade social de um dado país) aplicado ao **rendimento líquido** e ao **rendimento bruto**. Para calcular o índice de Gini é necessário recorrer à seguinte expressão:

$$I_{N/X} = \frac{n + 1}{n} - \frac{2 \sum_{i=1}^n (n + 1 - i) \times x_i}{n \times \sum_{i=1}^n x_i}$$

O **índice de Gini**, dadas as características da fórmula, apresenta sempre um valor entre **0 e 1**, onde 0 representa uma **completa desigualdade de rendimentos**, enquanto 1 representa uma **completa igualdade de rendimentos**. A nível gráfico o índice de Gini pode ser representado pelo gráfico 1, onde a linha a tracejado corresponde a situação em que o índice toma o valor de 1. Para além da fórmula, o índice de Gini pode também ser calculado através da soma da área A e B.

Após calcularmos os índices de Gini, aplicados ao rendimento líquido e bruto podemos então substituir os mesmos na fórmula do índice de

Musgrave-Thin e obter o grau de progressividade dos impostos. A partir o valor que o índice apresenta é possível classificar os diferentes impostos como:

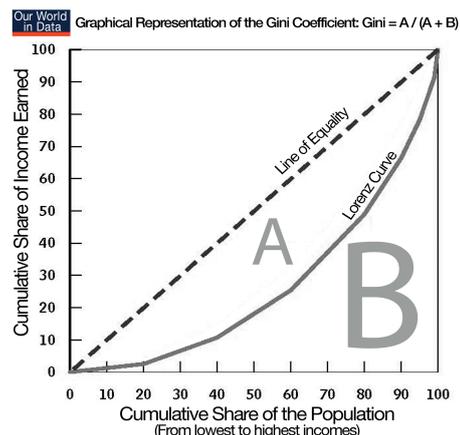


Gráfico 1 – Coeficiente de Gini
(Fonte: Our World in Data)

- $MT > 1$, o imposto é **progressivo**
- $MT = 1$, o imposto é **constante**
- $MT < 1$, o imposto é **regressivo**

Da mesma maneira que podemos estabelecer uma **relação entre o valor do índice de Musgrave-Thin e o tipo de imposto**, também o podemos efetuar de acordo com o **valor que os índices de Gini** aplicados ao rendimento líquido e bruto apresentam. Assim, quando:

- $I_N < I_X$ - $MT > 1$, o imposto é progressivo
- $I_N = I_X$ - $MT = 1$, o imposto é constante
- $I_N > I_X$ - $MT < 1$, o imposto é regressivo

Questão C

O *World Economic Forum* publica periodicamente o “The Global Competitiveness Report”. Com base na edição 2015-2016 (disponível na internet), pretende-se que os grupos:

- discutam, brevemente, a forma como é construído o índice global de competitividade proposto;
- para além de Portugal, selecionem mais 2 países (de forma livre) e produzam um breve relatório analisando o caso português por comparação com os países escolhidos.

(Máx: 2 pág.+ anexos com dados, se necessário)

O **Índice de Competitividade Global** (ICG) dispõe os países em função dos seus níveis de competitividade e faz parte do Relatório de Competitividade Global (RCG). Este relatório é da autoria do Fórum Económico Mundial (FEM) fundado em Janeiro de 1971, em Genebra, sob o patrocínio da Comissão Europeia e de várias associações industriais europeias.

O **RCG** analisa e avalia em detalhe a **competitividade** (conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país) de uma série de países por todo o mundo. Assim sendo, o ICG e o RCG têm como **principal objetivo contribuir para o melhoramento das reformas políticas, económicas e institucionais** através do reconhecimento dos pontos fortes e fracos que determinam o crescimento económico. Os dados utilizados aquando do apuramento do ICG são, na sua maioria, facultados por organismos oficiais e instituições supranacionais como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

O ICG é composto por cerca de **116 indicadores e abrange 139 economias**. Os indicadores contemplam **12 pilares de competitividade**: I – instituições, II – infraestruturas, III – ambiente macroeconómico, IV – saúde e educação primária, V – educação superior e formação, VI – eficiência dos mercados, VII – eficiência dos mercados de trabalho, VIII – eficiência dos mercados financeiros, IX – tecnologia disponível, X – dimensão dos mercados internos e externos, XI – sofisticação dos processos de produção e XII – inovação.

Estes pilares estão subdivididos em **3 sub-índices**: o dos **requerimentos básicos**, o dos **fatores potenciadores de eficiência** e o dos **fatores de inovação e sofisticação**. Deste modo, o ICG é a média dos três sub-índices referidos anteriormente.

Os países em questão são igualmente agrupados em três grandes grupos dependendo do grau de desenvolvimento das suas economias. Os países no **1º grupo são os menos desenvolvidos** (predominância do trabalho pouco qualificado e do sector primário), pelo que este grupo está então, ligado aos pilares I, II, III e IV.

O **2º grupo evidencia um aumento da competitividade** que coincide com o aumento do nível salarial e do desenvolvimento de processos de produção mais eficientes. Posto isto, os pilares de competitividade mais relevantes são o V, VI, VII, VIII, IX e X. Por sua vez, no **3º grupo** os fatores mais preponderantes estão relacionados com a **inovação e tecnologia de ponta** que é incorporada nos processos produtivos, sendo portanto, os pilares de competitividade associados os XI e XII.

O principal critério para afetar os países a cada grupo é o PIB per capital, sendo que um país com um nível inferior a 2,000 pertencerá ao primeiro grupo, até 9,000 ao segundo e, finalmente, superior a 17,000 ao terceiro conjunto. É de salientar que o peso de cada pilar varia de acordo com o desenvolvimento económico do país e a competitividade económica em que está inserida.

Analisando agora a posição de **Portugal** no ICG, este detém a posição número **38 com uma pontuação de 4,52 numa escala de 1 a 7**. No ano anterior, Portugal detinha a posição número 36, o que significa que desceu duas posições no *ranking*, continuando ainda longe da posição que detinha em 2002 – 23ª posição. É de notar, que Portugal está entre as **10 economias desenvolvidas que ficaram em pior lugar**. Portugal foi ultrapassado pela Lituânia, República Checa e Kuwait sendo que ultrapassou Porto Rico., que ocupa o primeiro lugar no ICG.

As principais causas evidenciadas para Portugal se encontrar nesta posição são: elevada carga fiscal; ineficiência da burocracia governamental; dificuldades de acesso ao financiamento; normas laborais restritivas; um ambiente macroeconómico instável (posição nº 127), facto comum a outras economias do sul da Europa; desenvolvimento dos mercados financeiros (posição nº 107). Relativamente aos impostos, apesar da descida do IRC pelo 2º ano consecutivo, estes continuam a ser o principal fator que penaliza o país.

Tendo em conta os 12 pilares que contribuem para a formação do ICG, os indicadores em que Portugal ficou melhor nos rankings são: qualidade das infraestruturas (23ª posição), preparação tecnológica e qualidade do ensino superior e formação (ambos com a 26ª posição), e a inovação (28ª posição). É de salientar, que o indicador da eficiência do mercado de trabalho foi o que teve um “maior salto” sendo que passou da posição 83ª para 66ª.

Apesar disto, Portugal encontra-se entre os países europeus (com Espanha, França, Itália e Irlanda) onde o Fórum Económico Mundial observa e considera ter havido uma melhoria significativa nas áreas de concorrência no mercado e de eficiência do mercado de trabalho.

Este fato verificou-se graças ao programa de reformas estruturais adotado nos últimos anos nestes países. Contudo, o mesmo não se verifica, em países como Chipre e a Grécia.

O Fórum Económico Mundial, no caso de Portugal, recomenda **não abrandar as reformas, para baixar o défice e dívida pública, e sugere intervenções no fortalecimento do acesso ao crédito** (107ª posição), **incremento da qualidade da educação e da capacidade de inovação** (28ª posição).

Analisando agora a situação da **Suíça**, este país lidera o *ranking* do ICG pelo 7º ano consecutivo com uma **pontuação de 5,67**. Muitos perguntam como é que este país permanece em primeiro lugar por tanto tempo? A Suíça mantém-se altamente competitiva no que diz respeito à qualidade e capacidade de inovação (1ª posição). Para além disso, este país atua bastante bem no que diz respeito aos seguintes indicadores: prontidão tecnológica forte (2ª), mercado de trabalho eficiente (1ª), educação superior de primeira classe e formação (4ª), infraestrutura excelente (6ª), eficiência e transparência das instituições públicas (7ª) e ambiente macroeconómico estável (6ª).

Comparando **a Suíça com Portugal**, a Suíça para além de ser um dos **países mais ricos do mundo é um país muito mais desenvolvido e inovador**. É de notar que este país tem autonomia monetária sendo que não se encontra na zona euro e tem moeda própria – franco suíço. O indicador que se encontra mais próximo entre os dois países são as infraestruturas – Suíça (6ª) e Portugal (23ª). Por último, a pontuação portuguesa (4,52) equivale a cerca de 79% da pontuação da Suíça.

Em relação a **Espanha**, este país melhorou o seu **índice de 4,55 para 4,59 pontos**, o que lhe permite deter a **33ª posição** no *ranking*. Um dos principais obstáculos ao crescimento de Espanha, assim como ao da maioria dos países desenvolvidos, é o acesso ao financiamento. É de salientar também que a maioria dos países do sul da Europa, dos quais se destacam Espanha e Itália, têm visto a sua *performance* ser fortemente afetada pelo aumento do nível de desemprego. Todavia, Espanha apresenta uma larga força de trabalho, consequência de possuir taxas de escolarização elevadas. É de notar que Espanha se destaca no que diz respeito à qualidade das suas infraestruturas (10ª) e à dimensão dos mercados internos e externos (15ª). As piores *performances* de Espanha centram-se na instabilidade do ambiente macroeconómico (116ª), na ineficiência dos mercados de trabalho (92ª) e ainda, na ineficiência dos mercados financeiros (77ª).

Comparando, **Espanha com Portugal**, o ICG espanhol é **superior ao português em 7 centésimas**, o que se traduz numa diferença de 5 posições no *ranking*. Tanto Espanha como Portugal precisam de melhorar os seus pontos fracos: funcionamento e eficiência dos seus mercados, inovação e acesso ao financiamento, pois só assim conseguirão reduzir os problemas de competitividade que ambos apresentam.

Questão D

Comente esta notícia, tendo por base os conceitos lecionados em Macroeconomia.

(Máx: 1,5 pág.)

A notícia em análise versa sobre a decisão do Banco Central Europeu quanto à aplicação de instrumentos de política monetária à situação presente da economia europeia. Sendo a Política Monetária o **conjunto de ações de política económica que visam influenciar a performance macroeconómica através do sistema financeiro**, e cujo objetivo é a estabilização dos preços, é de realçar a centralidade que esta possui na influência positiva ou negativa da economia real (seja através da utilização do canal da taxa de juro, do canal do crédito ou do canal da taxa de câmbio).

Tendo em conta a situação atual do mercado, como acima se disse, que regista um fraco crescimento decorrente da crise económica ainda muito evidenciada, a política monetária adotada pelo BCE, liderado por Mario Draghi, é de **carácter expansionista** (de forma a atuar em contra ciclo com o período económico desfavorável em que vivemos, e que se reflete no afastamento da taxa de inflação e do valor do PIB pretendidos). O BCE anunciou assim os instrumentos de política monetária a que recorreu e de que forma os irá utilizar na aplicação desta política. Assim, **prolongou no tempo a compra de ativos por 6 meses** (Operações de Open Market, que permitem ao BCE influenciar negativamente a taxa de juro, estimulando assim a despesa e procura agregada) e **avançou com um ligeiro corte nas taxas de juro dos depósitos** (10 pontos percentuais), o que irá estimular um maior investimento e, conseqüentemente, uma maior procura agregada.

No entanto, e segundo a notícia, os mercados não reagiram, no imediato, positivamente. E porquê? A razão prende-se sobretudo com a **gestão das expectativas** (pois as taxas de juro de longo prazo não são tão afetadas pelas decisões do BCE mas sim pelas intenções que os agentes económicos acreditam que terá). Desde que Mario Draghi assumiu o comando da autoridade monetária, foi habituando os mercados às suas decisões ousadas e agressivas no que se refere ao expansionismo monetário. Nessa linha de atuação, o mercado tinha assim expectativas muito elevadas quanto às novas decisões do BCE e que não foram correspondidas, pelo que reagiu automaticamente de forma negativa: *“Nos minutos seguintes (...) as bolsas caíram a pique e entraram no vermelho, enquanto as ‘yields’ da dívida soberana fizeram o caminho inverso.”*. Os investidores esperavam um maior corte nas taxas de juro e um aumento do volume mensal de compra de ativos ao invés de um simples prolongamento do tempo de compra, **daí esta divergência que os mercados fizeram notar entre as expectativas criadas e o anúncio**.

No entanto, é importante ter em conta que esta reação negativa do mercado pode ser apenas no imediato, pelo que não se deve assumir já como errada a decisão de Mario Draghi, dado que esta possui um carácter de médio e longo prazo, como este afirma: *“São medidas que precisam de tempo para serem totalmente avaliadas pelo mercado”*. É sempre importante ver o outro verso da moeda e perceber o porquê desta decisão mais prudente e que reflete uma posição menos ousada do conselho de governadores do BCE. Isto pode explicar também uma **política monetária** com tendência a ser mais **discricionária** do que de fixação de regras, pois a informação e as circunstâncias, nestes tempos, alteram-se com muita facilidade e frequência (veja-se o simples caso da crise de decréscimo da economia chinesa, ou dos países emergentes...) daí que Draghi tenha preferido ser mais prudente nesta fase. Além disso, é ainda de notar que a

previsão de que a Fed subirá os juros pode ter sido outro fator influenciador desta atitude mais cautelosa do BCE. Isto porque, se a Fed realmente optar por essa via, uma descida acentuada nas taxas de juro na Europa não seria propícia, dado que **levaria a implicações negativas na taxa de câmbio entre o euro e o dólar**. Assim, tendo todos estes fatores em conta, o BCE considerou que a sua decisão era a mais adequada ao momento que a economia atravessa, justificando ainda que as expectativas em torno da inflação, embora não tenham melhorado face a Setembro, também não se deterioraram assim tanto.

Após esta análise, podemos então concluir que, embora os investidores tenham criado elevadas expectativas quanto à decisão do BCE, o próprio Mário Draghi mantém a opinião de que nada fez para que estas se tivessem gerado. Daqui se depreende que **a perceção das políticas monetárias não é unânime e que muito dependerá da evolução e do acolhimento dos mercados destas medidas**. É precisamente essa evolução que irá ditar se o BCE terá de optar por um outro caminho mais ousado ou se manterá a sua estratégia mais prudente. Contudo, por enquanto, uma coisa é certa: “os mercados vão ter de assimilar a ideia de um Natal com menos excessos”.

Conclusão

Ao finalizarmos o presente relatório podemos concluir que, para entendermos todo o desenvolvimento de uma economia, é necessário recorrer ao cálculo e análise dos diversos índices que representam as diferentes perspectivas que as exportações podem tomar. No entanto, é sempre importante analisar estes dados com pensamento crítico, e envolvendo todos os conceitos e teoria que temos em nossa posse, de forma a completar o nosso raciocínio, e chegar a conclusões o mais verídicas possíveis e que espelhem bem a realidade.

Assim, consideramos que este trabalho em muito contribuiu para que entendêssemos melhor a economia, sempre numa perspectiva macroeconómica, estimulando a nossa capacidade de interligação de todos os conceitos bem como o nosso raciocínio e poder de análise.

Anexos

Relativo à alínea c)

Portugal:

GCI 2015–2016								
Country/Economy	Rank (out of 140)	Score (1–7)	Rank among 2014–2015 economies*	GCI 2014–2015 rank (out of 144)				
Portugal	38	4.52	38	36				
Portugal	38	4.52	41	4.94	37	4.56	30	4.16

SUBINDEXES								
Country/Economy	OVERALL INDEX		Basic requirements		Efficiency enhancers		Innovation and sophistication factors	
	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score
Portugal	38	4.52	41	4.94	37	4.56	30	4.16

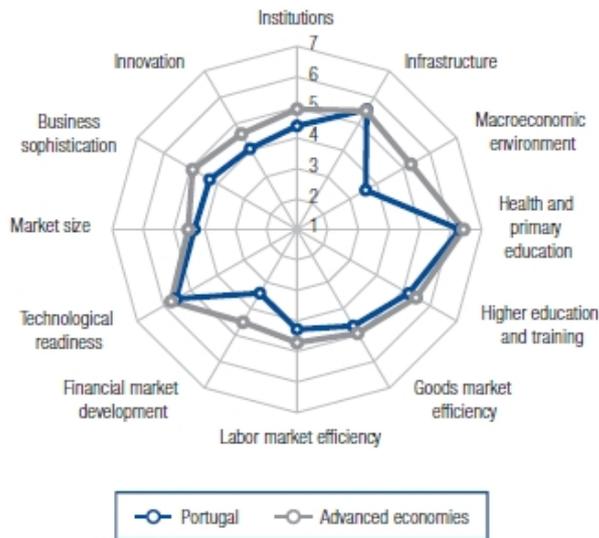
PILLARS										
Country/Economy	BASIC REQUIREMENTS		1. Institutions		2. Infrastructure		3. Macroeconomic environment		4. Health and primary education	
	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score
Portugal	41	4.94	39	4.39	23	5.53	127	3.57	31	6.28

PILLARS														
Country/Economy	EFFICIENCY ENHANCERS		5. Higher education and training		6. Goods market efficiency		7. Labor market efficiency		8. Financial market development		9. Technological readiness		10. Market size	
	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score
Portugal	37	4.56	26	5.19	32	4.65	66	4.27	107	3.41	26	5.54	50	4.33

PILLARS						
Country/Economy	INNOVATION AND SOPHISTICATION FACTORS		11. Business sophistication		12. Innovation	
	Rank	Score	Rank	Score	Rank	Score
Portugal	30	4.16	41	4.27	28	4.05

Global Competitiveness Index

	Rank (out of 140)	Score (1–7)
GCI 2015–2016	38	4.5
GCI 2014–2015 (out of 144).....	36	4.5
GCI 2013–2014 (out of 148).....	51	4.4
GCI 2012–2013 (out of 144).....	49	4.4



Stage of development



Espanha:

Global Competitiveness Index

	Rank (out of 140)	Score (1-7)
GCI 2015-2016	33	4.6
GCI 2014-2015 (out of 144).....	35	4.5
GCI 2013-2014 (out of 148).....	35	4.6
GCI 2012-2013 (out of 144).....	36	4.6



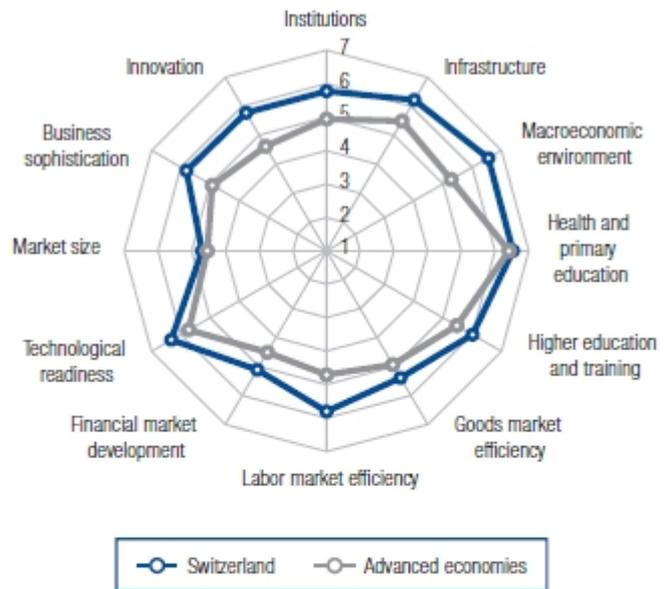
Stage of development



Suíça:

Global Competitiveness Index

	Rank (out of 140)	Score (1-7)
GCI 2015-2016	1	5.8
GCI 2014-2015 (out of 144).....	1	5.7
GCI 2013-2014 (out of 148).....	1	5.7
GCI 2012-2013 (out of 144).....	1	5.7



Stage of development

